

## PODCAST DO CORREIO

# Cristovam vê risco no futuro do Cidadania

Vice-presidente da legenda questiona ação para destituir Comte Bittencourt

» PEDRO JOSÉ

**P**ara Cristovam Buarque, o Cidadania passa por uma crise de identidade, dividido entre as origens esquerdistas e uma aproximação circunstancial com a direita. Vice-presidente da legenda, o ex-governador do Distrito Federal analisou o atual momento do partido e a conjuntura política no *Podcast do Correio*. Em conversa com os jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Samanta Sallum, Cristovam explicou que a divisão interna no Cidadania reflete uma disputa ideológica que se arrasta há anos dentro da legenda.

Segundo Cristovam, a legenda, que tem origem no antigo Partido Comunista Brasileiro, passou por transformações após o fim da União Soviética, mas manteve, por longo período, vínculos com o campo progressista. Esse cenário começou a se alterar, de acordo com ele, há cerca de cinco anos, quando ocorreu um processo de alinhamento com a direita. "O Cidadania é um partido que vem da família da esquerda. A partir de um certo momento, começou uma mudança em direção a uma direitização do partido. O Roberto Freire levou o partido para a direita", afirmou.

A divergência teria sido resolvida há dois anos, quando o diretorio nacional substituiu Roberto Freire pelo ex-deputado Comte Bittencourt. Essa decisão, segundo Cristovam, repositionou o partido no campo da centro-esquerda. "Essa disputa ideológica teve uma solução, quando a maioria expressiva do diretório substituiu Roberto Freire pelo Comte Bittencourt, que conseguiu trazer o partido para uma posição progressista", disse.

O cenário mudou novamente em novembro deste ano. Uma decisão judicial invalidou a ata da eleição interna convocada a partir de um pedido de licença por tempo indeterminado apresentado por Roberto Freire. Com isso, Freire reassumiu a presidência do partido.

Para Cristovam, trata-se de uma mudança que ignora a decisão política do diretório. "Substituiu-se burocraticamente, catorialmente, um presidente eleito pelo diretório por um que representava o passado do partido", afirmou.

### Lado bolsonarista

Atualmente, Roberto Freire ocupa a presidência do Cidadania por força dessa decisão, que ainda pode ser revertida. O caso está sob análise do Supremo Tribunal Federal, com relatoria do ministro Gilmar Mendes. Cristovam avalia que o retorno de Freire inviabiliza alianças estratégicas e altera o rumo político da legenda. "Eles ganharam para levar o partido para o lado bolsonarista, com toda certeza", declarou o vice-presidente do Cidadania, ao comentar as articulações com setores ligados ao Republicanos e ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

Pedro Mesquita/CB/D.A Press



**Eu me dispus a ser candidato a deputado federal, que é o que interessa ao partido. Agora, se de fato vem o Roberto Freire com a cobertura da Justiça, eu não tenho o menor interesse em ser candidato"**

Pedro Mesquita/CB/D.A Press



**"O país está realmente em crise. A descrença é uma crise nacional. O Brasil hoje não tem o rumo para onde vai. O presidente Lula é um governo do presente, administrando a própria crise e sem esperança para o futuro"**

Segundo Cristovam, o impasse jurídico bloqueia a construção de uma frente mais ampla no campo progressista. "O fato é que hoje está barrada a nossa marcha em direção a uma grande composição de centro-esquerda e esquerda, apoiando o Lula para presidente", afirmou.

O ex-ministro da Educação também relatou que, com a nova direção, houve isolamento de dirigentes e paralisação de atividades internas. "Eu, por exemplo, sou um vice-presidente nacional e não tenho nenhum contato com nada. Cortaram todas as verbas da fundação; os servidores não recebem nem salário", denunciou.

Dante do cenário, Cristovam condicionou sua eventual candidatura para deputado federal em 2026 à definição do comando partidário. Ele afirmou que não disputará mandato caso Roberto Freire permaneça à frente do Cidadania. "Eu me dispus a ser candidato a deputado federal, que é o que interessa ao partido. Agora, se de fato vem o Roberto Freire com a cobertura da Justiça, eu não tenho o menor interesse em ser candidato. Não sarei candidato, até porque o partido vai estar na família da direita e não é a minha família", afirmou.

### Projeto nacional

Ao analisar a conjuntura política, Cristovam avaliou que o Brasil enfrenta uma crise mais profunda, marcada pela ausência de um projeto nacional de longo prazo. Para ele, apesar de indicadores econômicos e sociais estarem sob controle, falta uma visão de futuro. "O país está realmente em crise. A descrença é uma crise nacional. O Brasil hoje não tem o rumo para onde vai. O presidente Lula é um



Aponte a câmera para o QR Code e assista ao Podcast do Correio

governo do presente, administrando a própria crise e sem esperança para o futuro", avaliou.

O ex-petista também criticou a dificuldade da esquerda em atualizar o discurso e dialogar com temas contemporâneos. Para ele, conceitos políticos foram reduzidos a rótulos associados ao petismo e ao bolsonarismo. "Progressista e conservador virou petista e bolsonarista. Nós, da esquerda, fracassamos em um discurso que satisfaça o eleitor", admitiu.

Em relação às eleições do próximo ano, o ex-senador acredita que a direita pode voltar ao poder caso apresente um candidato desvinculado do bolsonarismo. Também afirmou que a vitória de Lula em 2022 esteve ligada à ampliação de alianças, como a do vice-presidente Geraldo Alckmin.

Cristovam disse, por fim, esperar que o Cidadania retome um projeto político alinhado ao campo progressista e capaz de contribuir para um debate nacional mais amplo. Segundo ele, sem uma definição clara de rumos, tanto o partido quanto o país permanecem presos a disputas imediatistas, sem horizonte de longo prazo.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizacedo.df@dabr.com.br



## Lula ganha de Motta presente de Natal de R\$ 20 bi em aumento de receita

Quem estava lá até estranhou o clima de jingle bell no Palácio do Planalto entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) — que andavam se estranhando —, na posse do novo ministro do Turismo, Gustavo Feliciano, indicado pelo União Brasil. Ele ocupa a vaga do deputado Celso Sabino (PA), que foi expulso da legenda por insistir em permanecer no cargo quando o partido decidiu derivar à oposição. Com a sigla dividida, uma ala decidiu o apoio ao governo.

O paraibano é filho do líder da bancada negra da Câmara, Damião Feliciano (União-PB), e é aliado de Motta, que tenta melhorar sua relação com o Planalto em busca de apoio político de Lula. De olho nas eleições de 2026, o presidente da Câmara pretende lançar o pai, Nabor Wanderley, ao Senado. Mas não é só isso. A reaproximação com Lula veio embalada por uma decisão do Congresso na qual a governo terá um aumento de arrecadação da ordem de R\$ 20 bilhões, negociado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

A moeda de troca de Haddad foi aceitar o dispositivo que previa a "revalidação" de restos a pagar não processados inscritos desde 2019 — inclusive aqueles já cancelados —, permitindo sua quitação até o fim de 2026. Na prática, o artigo abria caminho para a reativação das emendas de relator (RP-9), núcleo do chamado orçamento secreto, declarado inconstitucional pelo STF em 2022 por falta de transparéncia e critérios objetivos.

Mas faltou combinar com o ministro Flávio Dino, que detonou os restos a pagar, mas não o aumento de impostos, que reforça o caixa federal em aproximadamente R\$ 20 bilhões para 2026. A proposta central era elevar a carga tributária sobre apostas esportivas (bets) e instituições financeiras de menor porte (fintechs), mas seu impacto atinge diretamente diversos setores econômicos. O bilionário "presente" de Natal foi vendido como recomposição fiscal e reforço de caixa para 2026, porém nasce do tradicional acordo de fim de ano no qual o Congresso entrega arrecadação e cobra, em troca, governabilidade orçamentária.

O PLP 128/2025 promove um corte linear mínimo de 10% em benefícios federais (tributários, financeiros e creditícios) e aumento de tributação sobre apostas esportivas (bets) e instituições financeiras de menor porte (fintechs), além de ajustes que atingem também o ICP. Haddad aceitou "a moeda" mais sensível para o Parlamento: a tentativa de reabrir o cofre dos restos a pagar antigos, revalidando despesas empenhadas e não pagas desde 2019, inclusive canceladas, para quitação até o fim de 2026. Esse dispositivo funcionava como túnel de retorno para práticas associadas às emendas de relator (RP-9), o coração do orçamento secreto derrubado pelo STF em 2022 por deficit de transparéncia e critérios.

E foi exatamente essa porta que Flávio Dino decidiu trancar, suspendendo o trecho que reativava as emendas canceladas.

### Reação empresarial

O resultado político é ambíguo. De um lado, Dino preserva sua linha de contenção das "gambiaras" orçamentárias e sinaliza que o Supremo continuará patrulhando jabutis que reconstruirão, por atalhos, mecanismos sem transparéncia de alocação de recursos. De outro, ao não atingir o aumento de carga tributária, a decisão corta o prêmio político do Legislativo, o controle de restos a pagar, e mantém o bônus fiscal do Executivo, a receita extra. A conta do ajuste vai para a indústria, o agro e os serviços. São setores com capacidade de vocalização e lobby, que já estão recorrendo ao STF. Criticam o "ajuste pelo lado da arrecadação" e a insegurança jurídica.

O agro ataca o PLP 128/2025 pelo corte linear de benefícios, lista impactos em cadeia (insumos, frete, armazenagem, beneficiamento, crédito presumido) e projeta inflação de alimentos. "Não é o rico que paga, é o preço que sobe", criticam. A indústria mira a Lei 15.270/2025, que alterou as regras de lucros e dividendos e instituiu retenção na fonte de 10% sobre dividendos acima de R\$ 50 mil no mês (a partir de 2026), além de desenhar uma tributação mínima para altas rendas (com base no ano-calendário de 2026).

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) sustenta que o Congresso tentou evitar a retroatividade "pura" ao criar exceções para lucros apurados até 2025, porém amarrou a exceção a condições consideradas inexequíveis: aprovar a distribuição até 31 de dezembro de 2025 e fixar, nessa mesma deliberação, termos "originalmente previstos" para pagamento, sem margem para ajustes. A CNI critica a violação da anterioridade, aponta retroatividade e alega insegurança jurídica. Argumenta junto ao STF que não se pode tributar fatos do mesmo exercício com mudança aprovada no fim do ano.

Governo e Congresso acreditam que a recomposição é uma medida responsável para 2026, de olho no arcabouço fiscal; o setor produtivo considera uma combinação explosiva de aumento de carga e instabilidade regulatória. No fundo, a reaproximação entre Executivo e Legislativo é um pacto de sobrevivência para 2026. Motta precisa operar a Câmara sem paralisia; Lula, evitar que cada votação vire uma crise. Os dois costuraram uma aliança na Paraíba. Entretanto, esse acordo custa caro e distribui custos de forma desigual, para o setor produtivo e os consumidores.

## ELEIÇÕES 2026

# TSE ouve a sociedade antes de resoluções

» EDUARDA ESPOSITO

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) marcou três dias de audiências públicas, em fevereiro do ano que vem, para ouvir a sociedade civil, especialistas, entidades e cidadãos com o objetivo de melhorar as resoluções da Corte para as eleições gerais de 2026. Os encontros serão organizados pelo Grupo de Trabalho instituído, este mês, pela presidente do TSE, ministra Carmen Lúcia, por meio da portaria Nº 575 de 15 de dezembro de 2025.

Na medida, a presidente definiu como serão feitas as revisões

das resoluções eleitorais e também nomeou os integrantes do GT, que é coordenado pelo vice-presidente da Corte, ministro Nunes Marques, que também é o relator das instruções normativas. É responsabilidade do grupo de trabalho elaborar o texto-base de minuta de instrução para as eleições do ano que vem que deve abordar: o calendário eleitoral de 2026; os atos gerais do processo eleitoral; e o cronograma operacional do Cadastro Eleitoral.

Além disso, o grupo deverá realizar estudos relativos a leis, projetos de lei, resoluções, normas e

todo dispositivo legal que possa impactar ou subsidiar a revisão das resoluções permanentes e a elaboração das minutas de resoluções pretendidas. Outra prerrogativa do GT é realizar estudos voltados à definição de requisitos e procedimentos relativos às eleições gerais de 2026.

O Grupo de Trabalho reúne membros do Ministério Público Eleitoral (MP Eleitoral) de oito estados: Minas Gerais, Bahia, Santa Catarina, Roraima, Rio Grande do Norte, Sergipe, Paraíba e Maranhão, além de integrantes auxiliares da Procuradoria-Geral Eleitoral.